

Josué de Castro e a Defesa da Interdisciplinaridade¹

Professora Titular da Fundação Armando Álvares Penteado
Marina Gusmão de Mendonça²
E-mail: marinamendonca@uol.com.br

RESUMO

A obra de Josué de Castro, embora esquecida pelos historiadores, tem especial significado pelos temas e denúncias que contém. Ademais, o autor aponta para um dos problemas de fundo da atual produção das Ciências Sociais (e que deve ser lido pelos historiadores como uma advertência): trata-se da extrema especialização, que leva, o mais das vezes, à produção de um conhecimento incapaz de propor soluções para os grandes problemas da humanidade, entre os quais Josué de Castro destacava, evidentemente, a fome. Nesse texto, procuramos abordar essa questão na pesquisa histórica, tendo em vista as limitações que tanto a hiperespecialização quanto a interdisciplinaridade sem critérios objetivos pode levar ao desenvolvimento do conhecimento histórico.

Palavras-Chave: Josué de Castro; Interdisciplinaridade; Historiografia; Metodologia

ABSTRACT

The work of Josué de Castro, although it has been forgotten by historians, has a special meaning in view of the subjects and disclosures that it contains. On the other side, the author points one of the bottom problems out of the current production of Social Sciences (that must be read by historians as a warning): that's the extreme specialization that leads, most turns, to the production of a knowledge incapable of proposing solutions to the great problems of humanity, among the ones Josué de Castro pointed hunger out, obviously. In this text we try to approach that matter in the historical research, in view of the limitations and the misunderstandings that as the hyper-specialization as the interdisciplinarity, without the adoption of objective judgements, can lead to the development of historical knowledge.

Key words: Josué de Castro; Interdisciplinarity; Historiography; Methodology

¹ Texto apresentado no XX Encontro Regional de História, promovido pela ANPUH-SP, e realizado na UNESP-Campus de Franca, entre 6 e 10 de setembro de 2010.

² Bacharel em História e Direito pela Universidade de São Paulo; Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Professora Titular licenciada de Formação Econômica do Brasil e Formação Econômica da América Latina da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado; autora de *Progresso e Autoritarismo no Brasil* (Pensieri, 1992), *O Demolidor de Presidentes* (Códex, 2002), *Histórias da África* (LCTE, 2008) e *Formação Econômica do Brasil* (Thomson, 2002), este último em colaboração com o Prof. Dr. Marcos Cordeiros Pires; atualmente está inscrita no Programa de Pós-Doutorado da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, onde desenvolve o projeto de pesquisa intitulado “Trajetória intelectual de Josué de Castro”, sob a supervisão do Prof. Dr. Tullo Vigevani (Endereço eletrônico: marinamendonca@uol.com.br).

A obra de Josué de Castro, tão esquecida pelos historiadores, reveste-se da maior importância, não só pelos temas e denúncias nela contidas, mas também pela própria metodologia empregada, a qual, embora calcada rigorosamente no acatamento dos critérios geográficos, pautava-se também pela utilização do conhecimento gerado por outras disciplinas. Com efeito, o autor foi um grande crítico da especialização do conhecimento que, segundo ele, criava empecilhos para a solução dos graves problemas da humanidade, dentre os quais o mais importante é, sem dúvida, a fome.

E embora Josué de Castro fosse eminentemente um geógrafo, essa defesa da interdisciplinaridade constitui uma advertência também para os historiadores. Afinal, não se pode esquecer que a sua validade na pesquisa histórica se tornou evidente com os estudos realizados sobre História da África a partir da década de 1940, para cuja evolução foi extremamente significativa a utilização de métodos de outras disciplinas.

De fato, como bem assinalou Joseph Ki-Zerbo, a importância da interdisciplinaridade na reconstrução da História da África é tão grande

que chega quase a constituir por si só uma fonte específica. Assim, a sociologia política aplicada à tradição oral no Reino de Segou enriqueceu consideravelmente uma visão que, sem isso, limitar-se-ia às linhas esqueléticas de uma árvore genealógica marcada por alguns feitos estereotipados. A complexidade, a interpenetração das estruturas (...) aparecem, assim, em sua realidade concreta e viva. Da mesma forma, no caso dos países do delta do Níger, as tradições orais permitem completar o conjunto de fatores de desenvolvimento (...). A expansão dos Bantu, atestada pelas fontes concordantes da lingüística, da tradição oral, da arqueologia e da antropologia, bem como pelas primeiras fontes escritas em árabe, português, inglês e pelos africânderes, torna-se uma realidade palpável suscetível de ser ordenada numa síntese cujas arestas se mostram mais nítidas no encontro desses diferentes planos (KI-ZERBO, 1982, pp.35-36).

Diante disso, pretendemos, neste trabalho, apontar alguns aspectos muito significativos da interdisciplinaridade na metodologia da História, tomando como base as reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa que estamos realizando a respeito da trajetória intelectual de Josué de Castro, bem como as análises críticas elaboradas por diversos historiadores.

A crítica de Josué de Castro à especialização do conhecimento

Conforme assinalado anteriormente, a defesa que Josué de Castro fazia da interdisciplinaridade vinculava-se essencialmente à sua preocupação com os empecilhos que a especialização excessiva do conhecimento cria para a solução dos grandes

problemas da humanidade, dentre os quais destacava, evidentemente, a fome. Para ele, a superação desses entraves só poderia ser alcançada por meio do abandono dessa especialização, que vinha, desde o século XIX, se acentuando nos meios universitários e científicos. Para o autor,

um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos é exatamente o pouco conhecimento que temos do problema em conjunto, um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto limita-se a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema (...). Esta limitação de visão representa também uma contingência forçada da civilização ocidental. Desde os meados do século XIX vem-se desenvolvendo entre nós um tipo de ensino universitário, não mais preocupado em transmitir uma imagem unitária do mundo, mas em fornecer estereótipos de suas realidades parciais, didaticamente mutiladas, no suposto interesse das ciências (CASTRO, 1957, p. 57).

Essa advertência, feita por um médico e geógrafo, deve ser lida pelos historiadores com extrema atenção, porquanto toca num problema de fundo da atual produção historiográfica, que é a utilização de métodos de outras disciplinas, como a Sociologia, a Antropologia e a Economia, sem que efetivamente se avance no conhecimento das relações reais dos homens no seio da sociedade em que vivem.

Assim, tendo em vista a crítica de Josué de Castro, passemos à abordagem da especialização do conhecimento que afeta as Ciências Sociais como um todo, inclusive a História, bem como da necessidade e das dificuldades de se adotar uma postura interdisciplinar, contida na obra de alguns autores que vêm refletindo sobre a questão.

A crítica de Russell Jacoby

O primeiro trabalho a ser considerado é o de Russell Jacoby, que parte da análise da ascensão e da fragmentação da Ciência Política nos Estados Unidos para denunciar a hiperespecialização do conhecimento. Citando Raymond Seidelman e Edward J. Harpham, Jacoby aponta para o fato de que

tanto a fé quanto o foco que orientam a ciência política americana deram lugar à hiperespecialização, resultando na negligência de problemas e questões políticas importantes. (...) Simultaneamente, o público externo da ciência política diminuiu e até mesmo desapareceu. (...) A ciência política americana se formou e se desenvolveu com a expectativa e esperança de conquistar a atenção e a deferência de um público de massa e das elites ilustradas e progressistas (...), mas

a ciência política é agora uma instituição, não uma cruzada (Apud JACOBY, 1990, p. 168).

Para Jacoby, além de se refletir na negligência de problemas e questões políticas, essa hiperespecialização resulta na redução do conflito humano e social a gráficos e diagramas, como se a sociedade se limitasse a um problema de engenharia.

Na verdade, o principal alvo das críticas de Jacoby é a universidade, sua burocracia e a política desenvolvida dentro dela, que teria tomado o lugar da política em sentido amplo. Nos atuais moldes em que se realiza a pesquisa, os intelectuais se tornaram verdadeiros escravos do poder dentro da academia, o que levou ao aparecimento de uma grande hostilidade em relação a estranhos, porquanto esta atitude manteria os especialistas mais seguros (JACOBY, 1990, pp. 167-212). E, aprofundando sua crítica, assinala que esta necessidade de segurança está diretamente ligada à busca por ascensão profissional e à burocracia universitária. Segundo ele,

as pressões das carreiras acadêmicas e da publicação intensificam a fragmentação do conhecimento. Na medida em que a quantidade de publicações, não a qualidade (...), conta – e pode e deve ser levada em conta – a tendência é a ‘remodelação constante da abrangência da ciência política em domínios cada vez menores de especialização’. Quando os quintais intelectuais são subdivididos, o número de competidores também diminui, tornando mais fácil a ascensão do especialista. Em um período de seis anos, a disciplina reconheceu oficialmente 33 novos subcampos. (...) Até os temas discutidos refletem a cautela e a preocupação com as carreiras. Os cientistas políticos parecem de modo sistemático ignorar os problemas mais urgentes. Por exemplo, em um período de dez anos (1959-1969), as três principais publicações de ciência política publicaram apenas um artigo sobre o Vietnã (dos 924 trabalhos!). (...) Como os cientistas políticos jovens necessitam de subvenções para a pesquisa e recomendações de apoio (...) os tópicos inofensivos e as abordagens tecnocráticas minimizam a possibilidade de recusa (JACOBY, 1990, p. 169).

É preciso assinalar que, apesar de escrita na década de 1980, a crítica contida na obra de Jacoby permanece extremamente atual, pois desde então o problema da hiperespecialização só se agravou em todos os campos do conhecimento, fenômeno que também se estendeu ao Brasil.

A crítica de Jean Chesneaux

Diferentemente de Jacoby, que aborda a questão da especialização no âmbito da Ciência Política, a crítica de Jean Chesneaux está diretamente voltada para o trabalho dos historiadores. E, embora também ataque o conhecimento produzido na

universidade, sua maior preocupação não é o combate à especialização, mas, ao contrário, a adoção de uma postura pluridisciplinar que, segundo ele, oferece um novo campo a todo um sistema de saber-poder sobre o qual repousa aquilo que qualifica como *o pequeno mundo elitista dos historiadores* (CHESNEAUX, 1995, p. 178).

Para Chesneaux, há três possibilidades de os pesquisadores enxergarem a pluridisciplinaridade: a primeira delas é a escolha de certas leituras de algum setor até então mal conhecido pelos colegas, o que requer alguma engenhosidade, mas permite o início da construção daquilo que ele chama, ironicamente, de uma *bela carreira*; a segunda é verificar que o conhecimento histórico necessita realmente abrir novas vertentes de investigação, para, assim, se enriquecer com as conquistas de outros ramos das Ciências Sociais; e, por fim, a perspectiva de se encarar a pluridisciplinaridade como uma busca inalcançável, o que pode gerar inquietude e levar ao questionamento da própria História como disciplina.

Por outro lado, Chesneaux chama a atenção para o fato de que, na academia, a pluridisciplinaridade pode significar, para os historiadores, três diferentes coisas: 1) a ampliação da lista das ciências auxiliares da História, o que, em si, não pode ser visto como algo bom nem mau; 2) a justaposição de disciplinas diferentes para o estudo de um fenômeno concreto, o que, segundo ele, se adapta perfeitamente aos mecanismos da burocracia universitária, pois permite a proliferação de pesquisas inter-programas, embora cada especialista se mantenha no interior do seu próprio discurso, o que leva, no final, à apresentação seqüencial dos resultados obtidos por cada um; 3) a reconsideração real das relações entre o conhecimento histórico e outras disciplinas, o que pode conduzir a um questionamento profundo da atual divisão do trabalho entre as Ciências Sociais.

Tendo em vista estas reflexões, e aprofundando sua crítica às instituições universitárias, Chesneaux considera que o conhecimento parcelar dos especialistas não responde, na maioria das vezes, às questões colocadas (CHESNEAUX, 1995, pp. 179-184). Segundo ele, a pluridisciplinaridade seria um falso problema, e se

for mantido no interior do domínio acadêmico, ele tem pouquíssimas chances de ser resolvido. (...) Engenhosos reformadores, sobretudo desde 1968, propuseram muitos dispositivos para iniciar simultaneamente os estudantes e os pesquisadores em diversas disciplinas. (...) Mas tudo isso não passa, afinal, de receitas técnicas para debutantes ou veteranos, tudo isso se mantém no interior do sistema, apóia-se nas mesmas bases ideológicas e apenas amplia seus efeitos

sobre a mini-sociedade dos historiadores: intelectualismo, profissionalismo, produtivismo ... (CHESNEAUX, 1995, pp. 182).

Enfim, para Chesneaux, o verdadeiro elemento de agregação da pluridisciplinaridade estaria fora da universidade, uma vez que requer, ao mesmo tempo, uma prática social e uma reflexão teórica unificadoras. E conclui acidamente:

para desenravar o território onde tantos historiadores instalaram seu domicílio, é preciso, uma vez mais, recolocar em questão a condição privilegiada e (...) miserável do intelectual que encara o mundo por detrás das vidraças de sua janela (...) (CHESNEAUX, 1995, p. 184).

A crítica de Josep Fontana

Ainda a propósito da adoção da interdisciplinaridade como ferramenta intelectual para se enfrentar a fome, defendida por Josué de Castro, devemos considerar a abordagem de Josep Fontana, cuja crítica também está ligada à produção do conhecimento nas universidades.

Partindo das imensas repercussões políticas, econômicas, sociais e culturais da Revolução Russa, que mudaram a face do século XX, Fontana aponta para o fato de que o evento provocou também grande impacto sobre as Ciências Sociais e, mais especificamente, sobre o conhecimento histórico.

Se a sociedade mudou depois de 1917, para não voltar mais a ser o que tinha sido antes, também o fizeram as ciências sociais e, mais concretamente, a História. Bolchevismo e materialismo histórico apareciam como as duas caras de uma mesma moeda. Para barrar a passagem de um na realidade política, era necessário desterrar o outro das mentes dos homens. Sob os discursos de conteúdo aparentemente filosófico e abstrato veremos crescer, outra vez, a vontade de combater o marxismo (...). Não se trata de supor que os cientistas sociais acadêmicos estivessem comprometidos em alguma espécie de conspiração internacional contra o marxismo, mas sim de comprovar que compartilhavam dos mesmos valores fundamentais da ordem social estabelecida e que estes impregnavam as suas idéias científicas, fossem ou não conscientes disso (FONTANA, 1998, p. 156).

Assim, nos setores anti-comunistas da sociedade, o advento da Revolução Russa levou à necessidade de se elaborar um corpo teórico e doutrinário capaz de se contrapor ao socialismo, o que proporcionou o avanço de posições anti-marxistas nas universidades ocidentais. Com isso, as cátedras passaram a ser ocupadas, em grande

medida, por professores preocupados em desenvolver pesquisas que permitissem, pelo menos no âmbito acadêmico, o combate ao marxismo.

No campo da História, teria ocorrido, de acordo com Fontana, um duplo processo: primeiramente, a conclusão da destruição da ciência histórica, que já havia sido iniciada pelo neo-kantismo; em seguida, e diante do vazio provocado por essa destruição, iniciaram-se várias tentativas de reconstruí-la em outras bases. Assim, em face do problema, a solução parecia estar na utilização do corpo teórico de diversas disciplinas. Passou-se, pois, a tomar emprestado o instrumental teórico de outras matérias, especialmente da sociologia funcionalista, da economia neo-clássica e da antropologia estrutural, denominando-se o conhecimento produzido como História Social.

Todavia, como alertou o próprio Fontana, além da impossibilidade de se conceber uma História que não seja social, essa denominação tem servido, efetivamente, para intitular trabalhos em que se procura deixar a política de fora, como se uma posição supostamente apolítica não se configurasse, de fato, como uma postura político-ideológica. A consequência seria, segundo ele, o desenvolvimento, principalmente nos países anglo-saxões, de uma História que nada mais é do que o antigo historicismo rejuvenescido, acrescido de elementos da sociologia conservadora norte-americana (FONTANA, 1998, pp. 156-173).

Esta 'história social' não tem fundamentos teóricos próprios (...) e define-se pelo instrumental metodológico que emprega, inspirado na sua maior parte pela sociologia funcionalista. A sua característica essencial é a omissão – aparente – de todo o político, em nome da (...) neutralidade. Feudalismo e capitalismo (palavra cuidadosamente evitada) têm sido substituídos pelos pré-moderno e moderno, e a história humana converte-se numa lenta ascensão à modernidade – um longo processo de modernização. Uma vez definida a ordem capitalista como a regra, como a normalidade, tudo o que signifique resistência ou um protesto deve examinar-se como anormalidade, uma incapacidade de ajustar-se à modernidade, ou seja: como um processo patológico, cujas causas se estudam para ajudar aos médicos sociais – políticos e sociólogos – a prevenir a repetição de tais males (FONTANA, 1998, p. 174).

Porém, a crítica de Fontana não está direcionada apenas à História Social. Para ele, também a História Econômica começou a padecer de uma progressiva especialização econométrica, como resultado do clima anti-progressista e da vigilância ideológica criados pelos temores decorrentes da guerra fria. O resultado foi o surgimento de uma nova História Econômica, e sua separação dos demais estudos

históricos, até se converterem seus especialistas num grupo absolutamente fechado (FONTANA, 1998, pp. 191-194).

Na visão de Fontana, essas novas posturas metodológicas, tanto da História Social como da História Econômica, foram consubstanciadas na *Revista dos Annales*, porta-voz de uma corrente historiográfica que se converteu num dos pilares da modernização do academicismo, sucedâneo do marxismo. Nesse sentido, a reflexão teórica foi sendo substituída por procedimentos metodológicos que garantem aos trabalhos historiográficos uma aura de cientificismo, transformando-se a revista num reflexo de modas intelectuais surgidas na França (FONTANA, 1998, pp. 203-212).

Devemos considerar, porém, que Fontana não se posiciona contrariamente à interdisciplinaridade. Na verdade, para ele, é necessário enriquecer a História, e não substituí-la por outras disciplinas, pois o seu objeto básico continua sendo o estudo das relações reais que se estabelecem entre os homens no seio de uma sociedade. Conforme assinalou, o importante

não é condenar a colaboração e a interdisciplinaridade, mas sim as tentativas de reconstruir uma História que previamente foi esvaziada do seu conteúdo específico com os instrumentos teóricos que correspondem a outras disciplinas. No caso das que quiseram esconder-se no aprisco da sociologia ou da antropologia, adotando servilmente os seus métodos, parece claro que o resultado foi um híbrido carente de interesse, que não traz nada que as disciplinas tutelares não possam elaborar por si mesmas, e é incapaz, em contrapartida, de levar a cabo o que deveria ser a missão própria da História, fundamentando a crítica global da sociedade presente. A essas 'histórias novas' arrebatou-se-lhes toda a capacidade de converterem-se em arma para a destruição da sociedade capitalista: são ferramentas trincadas, projéteis sem carga, simples fogos de artifício (FONTANA, 1998, p. 185).

Diante do fim do socialismo real e do triunfo do neo-liberalismo, Fontana defende uma postura militante:

um dos maiores desafios que hoje se apresentam a nós, historiadores, é o de que voltemos a nos envolver nos problemas de nosso tempo, como fizeram no passado nossos antecessores que ajudaram com seu trabalho a melhorar, pouco ou muito, o mundo em que viviam. Se os historiadores franceses do primeiro terço do século XX estudavam a revolução de 1789, era porque queriam contribuir para assentar os fundamentos das liberdades democráticas contra as forças que as ameaçavam (...). E se os historiadores marxistas britânicos do pós-Segunda Guerra Mundial dedicaram-se à análise profunda da revolução industrial e seus antecedentes, era para entender melhor os fundamentos do capitalismo e, assim, aliviar os males que ele causava. Para nós corresponde o grande desafio de encontrar as causas dos dois grandes fracassos do século XX: explicar a barbárie que o caracterizou, com o objetivo de evitar que se reproduza no futuro, e a natureza dos mecanismos que engendraram uma maior desigualdade, desmentindo as promessas do projeto

de desenvolvimento que pretendia ampliar os benefícios do progresso econômico a todos os países subdesenvolvidos do mundo (FONTANA, 2004, p. 471).

Nesse sentido, Fontana considera que tanto a teoria como o método devem ser vistos pelos historiadores como ferramentas, a serem usadas com o objetivo de possibilitar uma compreensão do mundo e de permitir ajudar as outras pessoas a compreendê-lo, no intuito de se fazer algo para melhorá-lo (FONTANA, 2004, p. 472).

Considerações finais

Como se viu, a análise de Josué de Castro a respeito da necessidade de se adotar uma postura interdisciplinar com o objetivo de enfrentar o problema da fome constitui, também para os historiadores, uma lição e uma advertência. Na verdade, sua ácida crítica a propósito da especialização do conhecimento está a serviço de um projeto maior, que é a necessidade de erradicação da fome, este sim, um problema real de homens reais. Para ele,

O tremendo impacto do progresso científico acabou por fragmentar a cultura (...). Nas universidades européias e americanas (...) desenvolveu-se ao extremo esse tipo de ensino que visa à especialização e cria dentro da cultura um tipo sui generis de civilização – a civilização dos especialistas -, dirigida por homens de rigorosa visão técnica, mas de visão cultural deficiente e de deplorável miopia política. (...) esse é o tipo dominante das nossas elites culturais, representando o processo de dinâmica social que provocou aquilo que Rathenau chamou, com muita propriedade, 'a invasão vertical dos bárbaros'. Os especialistas de tipo limitado, 'homens que sabem cada vez mais de cada vez menos', constituem produtos altamente perigosos para a vida da cultura (CASTRO, 1957, p. 57).

E foi com o objetivo de erradicar a fome que Josué de Castro desenvolveu seu método de pesquisa e análise. Para ele - cujo trabalho é declaradamente de cunho geográfico -, não se tratava de procurar utilizar a metodologia de outras ciências, mas de aprofundar o conhecimento da tragédia da fome, considerando todos os seus aspectos. Senão, vejamos:

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos de fisiólogos, de químicos ou de economistas, especialistas em geral limitados por contingência profissional no quadro de suas especializações (CASTRO, 2001, p. 16).

Contudo, ressaltava firmemente a necessidade de se adotar a metodologia geográfica para abordar a questão da fome e buscar soluções para ela, como se pode ver do trecho abaixo:

Foi diante desta situação que resolvemos encarar o problema sob uma nova perspectiva, de um plano mais distante, donde se possa obter uma visão panorâmica de conjunto, visão onde alguns pequenos detalhes certamente se apagarão, mas na qual se destacarão, de maneira compreensiva, as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que interferem na manifestação do fenômeno. Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico (...). Único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebeitar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica (...). Não queremos dizer com isto que o nosso trabalho seja estritamente uma monografia geográfica da fome, em seu sentido mais restrito, deixando à margem os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema; mas que, encarando esses diferentes aspectos, o faremos, sempre, orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra (CASTRO, 2001, p. 16).

Verifica-se que, embora condenasse a excessiva especialização do conhecimento, Josué de Castro jamais abandonou o método geográfico. Tendo em vista que o objetivo maior era erradicar o flagelo da fome (ressaltemos mais uma vez: um problema real de homens reais), o importante, para ele, era considerar todos os aspectos da questão, enriquecendo sua análise com o conhecimento obtido pelas demais ciências, mas sem adotar seus métodos.

No caso dos historiadores, cremos ser esta a hora de abandonar uma postura intelectualista e academicista e voltarmos a entrar em contato com os problemas concretos de nosso tempo. Afinal, há muito que se propugna por aquilo que seria uma história total. Porém, o que se vê é uma especialização cada vez maior do conhecimento historiográfico ou o abandono completo da teoria e dos métodos que possam fazer da História um instrumento de combate para os males de nosso mundo. Como bem ressaltou Josep Fontana,

Isso não significa que devamos voltar a trabalhar como o faziam os nossos antecessores (...). Se os teóricos do pós-modernismo e da subalternidade nos mostraram que nossos instrumentos tinham deficiências, convém que os revisemos antes de prosseguir o trabalho. Mas a revisão não resume tudo. Teoria e método não são os objetivos de nosso ofício, mas tão somente as ferramentas que empregamos com o objetivo de melhor compreender o mundo em que vivemos e de ajudar outros a entendê-lo, a fim de que, com todos, façamos algo

para melhorá-lo, o que sempre é possível. (...) A crítica justificada dos velhos métodos não deve levar-nos à negação do projeto de um novo tipo de história total que nos permita entender os mecanismos essenciais de funcionamento da sociedade (...). Temos de renovar o instrumental teórico e metodológico para que ele sirva para voltar a entrar em contato com os problemas reais dos homens e das mulheres de nosso tempo, dos quais a história acadêmica (...) distanciou-se (FONTANA, 2004, pp. 472-473).

Em suma, antes de iniciar o desenvolvimento de um projeto de pesquisa, é preciso que perguntemos: Para que serve? Qual o objetivo desse trabalho? Em que medida ele pode contribuir para solucionar algum problema da sociedade em que vivemos? E não apenas nos limitarmos a escolher temas e adotar posturas metodológicas que permitam tão somente preencher currículos.

Recebido em: 15/09/ 2010

Aceito em: 14/12/2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957, v. 1.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.
- JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória Cultural/EDUSP, 1990.
- KI-ZERBO, Joseph. Introdução In: KI-ZERBO, Joseph, org. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, v. 1, pp. 35-36.